

Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas 02

Proc. 492/10

PROJETO DE LEI N.º 34/12

Atualiza e aperfeiçoa a Lei Municipal n. 393/00.

Art. 1º Esta lei atualiza a Lei Municipal n. 393, de 23 de março de 2000, modificando normas que regem o Conselho e Fundo Municipal de Habitação, de forma a permitir a criação da Companhia Municipal de Habitação, com autonomia própria e com a finalidade específica em Lei de gerir e operacionalizar os recursos do Fundo de Habitação a partir das diretrizes estipuladas pelo Conselho Municipal de Habitação.

Parágrafo Único. O Município criará autarquia nomeada de Companhia Municipal de Habitação, através de lei específica, respeitando as diretrizes fixadas nesta lei.

Art. 2º Os artigos 3º, 7º, 8º, 14 e 15 da Lei n. 393/00, passam a vigorar com seguinte redação:

"Art. 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação é de 02 (dois) anos, admitindo-se uma única recondução por igual período. (NR)

(...)

Art. 7º O Fundo Municipal de Habitação ficará vinculado diretamente a Companhia Municipal de Habitação, a qual fornecerá recursos humanos e materiais necessários à consecução de seus objetivos. (NR)

Parágrafo Único. A Secretaria de Habitação fica responsável, subsidiariamente, em fornecer o apoio e os recursos necessários ao Fundo Municipal de Habitação. (NR)

Art. 8º A Companhia Municipal de Habitação terá as seguintes atribuições: (NR)

I – administrar o Fundo Municipal de Habitação; (NR)

II – assinar contratos de obras e de financiamentos recebidos ou concedidos aos mutuários; (NR)

III – submeter ao Conselho Municipal de Habitação o plano de aplicação financeira a cargo do Fundo Municipal de Habitação, em consonância com o programa de habitação, e com as leis de diretrizes orçamentárias e de acordo com as políticas delineadas pelo Governo Federal e Estadual no caso de recursos oriundos do orçamento da União e do Estado (NR)

IV – ordenar empenho e pagamentos de despesas do Fundo Municipal de Habitação; (NR)



03
492112

Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

V – firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Município, referente a recursos que por ela serão administrados. (NR)

Parágrafo Único. O gestor, responsável pela Companhia Municipal de Habitação, será nomeado pelo Prefeito ao cargo de presidente. (NR)

(...)

Art. 14. A Companhia Municipal de Habitação deverá manter controles contábeis específicos que assegurem os objetivos das políticas públicas habitacionais, assim como: (NR)

I – encaminhar à seção de contabilidade do Município relatórios mensais das receitas e demais operações do Fundo Municipal de Habitação; (NR)

II – submeter ao Conselho Municipal de Habitação os relatórios mensais das receitas e demais operações do Fundo Municipal de Habitação. (NR)

§ 1º A alienação de imóveis aos beneficiários dos programas financiados pelo fundo será aplicada com cláusulas de correção monetária em condições que assegurem a possibilidade de retorno para aplicação em outros programas habitacionais. (NR)

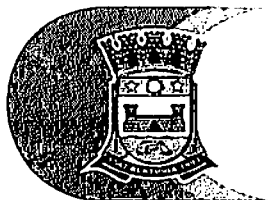
§ 2º A Companhia Municipal de Habitação deverá apresentar ao Conselho Municipal de Habitação relatórios mensais das receitas e demais operações do Fundo Municipal de Habitação, inclusive quanto ao rendimento de suas aplicações financeiras. (NR)”

Art. 3º As despesas desta lei correrão por dotações próprias, consignadas em orçamento municipal dos exercícios seguintes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 11 de junho de 2012. (PA n. 1617/2012)


Arq. Urb. Jose Mauro Dedemo Orlandini
Prefeito do Município



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

04

992/12

MENSAGEM EXPLICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:

Pela presente exposição de motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei que "**Atualiza e aperfeiçoa a Lei Municipal n. 393/00**", pelos seguintes motivos:

No atual ordenamento jurídico, em especial pelo previsto na Constituição Federal, a moradia é direito de todos os brasileiros, inclusive com intuito da erradicação da pobreza.

Diversas leis vieram criar um novo encargo a ser suportado pela Administração Pública, nas três esferas governamentais, participando cada qual com recursos próprios e garantindo o direito à moradia.

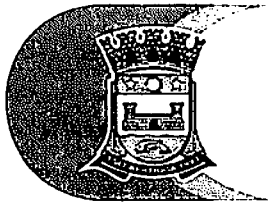
A interpretação jurídica do direito de propriedade também mudou, pois o direito coletivo e social passou a prevalecer sobre o direito de propriedade individual e latifundiário, não deixou de ser protegida, mas esta proteção não afasta a destinação de uso coletivo e para o conforto da sociedade.

A Lei Federal n. 10.257/2001, Estatuto da Cidade, criou mecanismos de legalização e regularização das áreas ocupadas desordenadamente por famílias de baixa renda.

A realidade brasileira elevou a regularização fundiária a elemento integrante dos programas governamentais, efetivando a norma constitucional.

E este patamar de implementação de direito constitucional de moradia não pode ser feito pela metade como se deu no município, com simples distribuição de títulos de cessão de uso, institucionalizando favelas e habitações subnormais, quando na realidade o direito a moradia reclama mais, ou seja, reclama urbanização, saneamento básico, acessibilidade a serviços públicos, e etc..

O Município não pode ficar ao lado desta transformação da sociedade brasileira, pelo que deve ter instrumentos legais para realizar ações materiais de regularização fundiária e urbana de áreas ocupadas por população de baixa renda, aplicando normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e de edificações, considerando a situação social e econômica da população envolvida.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

OS

492/12

Neste diapasão encaminhamos a presente proposta de lei que em conjunto com outras proposições que em breve seguirão a esta Casa, se propõe a adequação da Lei Municipal n. 393/00, abrindo caminho para modificações maiores como a criação da Companhia Municipal de Habitação e implementação de programas habitacionais em assentamentos irregulares em áreas particulares.

Para operacionalizar as medidas necessárias para se atuar em áreas como "Jardim Ana Paula" e "Vila Tupi", adquirindo as áreas particulares, promovendo a regularização fundiária e urbanística para realizar o repasse da propriedade aos atuais ocupantes, inclusive promovendo a construção de moradias e remanejamentos necessários de construções para abertura de vias públicas, vielas sanitárias e o que mais for necessário, em conjunto com as demais prerrogativas abertas pela nova visão do Direito de Moradia, há necessidade de criação de ente municipal da Administração Indireta, que será uma autarquia municipal.

Este projeto de lei é o primeiro passo, que se espera seja conjunto, dos Poderes Municipais, em favor do povo de Bertioga.

Por todo o exposto, solicitamos aos Nobres vereadores a discussão e votação do presente projeto de lei, com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.


Arq. Urb. José Mauro Dedemio Orlandini